

---

## RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 01/2024

---

**Licitação nº. PE 000098-24**

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2024.

A Comissão Permanente de Licitação, no desempenho de suas atribuições, em virtude dos Pedidos de Esclarecimentos, recebidos via e-mail, após manifestação da área técnica, comunica aos interessados o seguinte:

**Questionamento 01:**

1. Alusivo a planilha de custos:

- a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?
- b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?
- c) Os itens uniformes e EPI'S e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?
- d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio etc., poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?
- e) qual salário base e benefícios deverão ser utilizados? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a “exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador”

**Resposta 01:**

- a) As planilhas com as composições de custos devem ser enviadas apenas pela proponente detentora dos menores valores em sede de lances e classificada, conforme subitem 7.16.3 do Edital.
- b) Recomendamos que seja utilizado o modelo disponibilizado, visando a eficiência da análise. Os documentos estão disponíveis no site do Sesc em Minas, link de acesso aos documentos: [PE 98-24 – Portaria para Sesc Araxá, Uberaba e Uberlândia – Sesc em Minas \(sescmg.com.br\)](https://sescmg.com.br)
- c) Não, os valores correspondentes devem ser lançados na Planilha de Composição de Custos (Anexo II).
- d) A empresa tem que preencher de acordo com sua experiência, estratégia e peculiaridade.
- e) VIDE ERRATA 01/2024.

**Questionamento 02:**

Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei 2200-2 (planalto.gov.br)?

**Resposta 02:**

Sim, os documentos poderão ser assinados digitalmente.

**Questionamento 03:**

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

**Resposta 03:**

Conforme disposto no item 7 do Anexo I - Termo de Referência.

**Questionamento 04:**

O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

**Resposta 04:**

O Sesc se reserva ao direito de responder somente as questões referentes ao procedimento licitatório.

**Questionamento 05:**

qual alíquota de ISS para o objeto?

**Resposta 05:**

Conforme disposto no subitem 10.3. do Termo de Referência, a alíquota do ISS deverá ser de acordo com a legislação tributária do município de realização do serviço.

**Questionamento 06:**

qual tarifa transporte público do município?

**Resposta 06:**

A licitante deverá consultar os órgãos responsáveis onde os serviços serão prestados.

**Questionamento 07:**

Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão.

“1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada”

Conforme Súmula nº30 – TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens”

**Resposta 07:**

Sim. Deve ser atestado a habilidade da empresa em gestão de mão de obra.

**Questionamento 08:**

deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

**Resposta 08:**

Não. Para o posto de Portaria não há insalubridade e nem periculosidade.

**Questionamento 09:**

Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis para calcular provisão de alimentação e transporte?

**Resposta 09:**

Para os postos de 12x36 foram considerados 15,21 dias trabalhados. Já para os postos de 4 horas diárias consideramos 22 dias trabalhados.

**Questionamento 10:**

lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

**Resposta 10:**

A fase de lances será pelo valor total (anual).

**Questionamento 11:**

lance será por item ou para todos os itens?

**Resposta 11:**

Considerando o critério de julgamento, menor preço global, os lances serão em item único com o valor total da contratação, conforme subitem 2.1.1 do Edital.

**Questionamento 12:**

Qual quantidade de mão de obra por cargo?

**Resposta 12:**

Conforme descrito no item 3 do Anexo I – Termo de Referência.

**Questionamento 13:**

Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

**Resposta 13:**

Conforme descrito no item 3 do Anexo I – Termo de Referência.

**Questionamento 14:**

o intervalo para almoço deverá ser indenizado ou será usufruído?

**Resposta 14:**

Conforme descrito no subitem 3.12 do Anexo I – Termo de Referência.

**Questionamento 15:**

qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

**Resposta 15:**

O prazo para o envio de documentos solicitados em caráter de diligência será determinado pelo pregoeiro durante a sessão. Além disso, o pregoeiro tem a prerrogativa de prorrogar esse prazo, mediante solicitação fundamentada do licitante feita pelo chat, desde que a solicitação ocorra antes do término do prazo inicial.

**Questionamento 16:**

Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins lucrativos são vedados de participarem, correto? Esse é o entendimento dos tribunais, tais como TRF-2 - APL: 0063568932015402510.

**Resposta 16:**

O entendimento de que entidades sem fins lucrativos são vedadas de participar de licitações para serviços de terceirização de mão de obra baseia-se no princípio de que essas entidades não são, em sua essência, empresas comerciais e, portanto, não estariam aptas a prestar serviços de terceirização no mesmo sentido que as empresas comerciais.

Baseado na IN 5/2017, a participação de entidades sem fins lucrativos em processos licitatórios para a prestação de serviços de terceirização de mão de obra é inadequada devido à natureza dos serviços e às exigências específicas estabelecidas para empresas especializadas. Essas entidades, por serem voltadas para objetivos sociais e não comerciais, geralmente não possuem a estrutura e a capacidade operacional requeridas para esses contratos, conforme delineado pela instrução normativa. Portanto, a IN 5/2017 reforça a ideia de que entidades sem fins lucrativos são, de fato, vedadas de participar desses tipos de licitação.

**Questionamento 17:**

Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.

**Resposta 17:**

O Sesc se reserva ao direito de responder somente as questões referentes ao procedimento licitatório.

**Questionamento 18:**

Será necessário estabelecer um escritório em alguma cidade perto ou onde os serviços serão prestados?

**Resposta 18:**

Fica a cargo da empresa, desde que atenda os subitens 3.1 e 9.26 do Termo de Referência.

**Questionamento 19:**

Caso necessite de preposto, deve permanecer no local de prestação de serviço no órgão o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local da prestação do serviço ocasionalmente?

**Resposta 19:**

Conforme descrito nos subitens 3.1 e 9.26 do Anexo I – Termo de Referência.

**Questionamento 20:**

Caso positivo, o órgão fornecerá a estrutura e os insumos para o preposto (como computador, cadeira, impressora etc.)?

**Resposta 20:**

Conforme descrito no subitem 3.1 do Anexo I – Termo de Referência.

**Questionamento 21:**

É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?

**Resposta 21:**

Não. O posto deve ser ocupado por uma pessoa que não presta os serviços de portaria dentro do mesmo contrato.

**Questionamento 22:**

Qual Convenção Coletiva foi usada para elaborar a estimativa de custos?

**Resposta 22:**

Foi utilizado a CCT 2024/2024. Ressalta-se que para cálculo de estimativa de custos foram utilizados o valor de R\$ 1.995,14 (Um mil, novecentos e noventa e cinco reais e quatorze centavos) para o Salário Mensal do Porteiro e R\$ 27,24 (Vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) para o Auxílio Alimentação diário.

**Questionamento 23:**

A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral etc.? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?

**Resposta 23:**

Sim. Conforme subitens 11.10 e 11.11 do Anexo I – Termo de Referência.

**Questionamento 24:**

Propostas cadastradas acima do valor estimado serão desclassificadas?

**Resposta 24:**

Não. Após a fase de lances, encerrada a fase de negociação, as propostas que permanecerem acima do valor estimado serão desclassificadas na fase de julgamento, conforme disposto no subitem 8.2.3 do Edital.

**Questionamento 25:**

Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?

**Resposta 25:**

Vide Resposta 05.

**Questionamento 26:**

Será aceito atestado comprovando aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou será admitido um percentual mínimo que comprove a prestação de serviços de mão de obra?

**Resposta 26:**

Conforme descrito no item 17 do Anexo – Termo de Referência.

**Questionamento 27:**

Algun funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?

**Resposta 27:**

Vide Resposta 08.

**Questionamento 28:**

A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários? O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?

**Resposta 28:**

Conforme descrito no subitem 13.3.1.4 do Anexo I - Termo de Referência.

**Questionamento 29:**

Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação?

**Resposta 29:**

Vide Resposta 09.

**Questionamento 30:**

Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no local da prestação do serviço?

**Resposta 30:**

Vide Resposta 06.

**Questionamento 31:**

É necessário considerar o adicional de intrajornada ou noturno?

**Resposta 31:**

Conforme descrito no Item 3 do Anexo I - Termo de Referência.

**Questionamento 32:**

Caso tenha profissional com jornada 12x36, é necessário duplicar a quantidade de profissional por posto?

**Resposta 32:**

Conforme descrito no Item 3 do Anexo I - Termo de Referência.

**Questionamento 33:**

Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?

**Resposta 33:**

A planilha modelo está disponível em formato Excel no site do Sesc em Minas. Segue link de acesso aos documentos: [PE 98-24 – Portaria para Sesc Araxá, Uberaba e Uberlândia – Sesc em Minas \(sescmg.com.br\)](https://www.sescmg.com.br)

**Questionamento 34:**

No que diz respeito à Convenção Coletiva de Trabalho, a orientação é utilizar a CCT de 2023 ou a de 2024? Caso a opção seja pela de 2023, seria viável a repactuação do contrato com a licitante vencedora, a fim de ajustar os valores conforme as disposições da CCT vigente para o ano de 2024?

**Resposta 34:**

A orientação é utilizar a CCT vigente.

**Questionamento 35:**

Considerando a atualização do salário-mínimo, qual é a recomendação para o cálculo dos valores de adicional noturno? Deve-se adotar o salário-mínimo de 2024 ou o de 2023? Caso a escolha seja pelo salário-mínimo de 2023, seria factível a realização da repactuação contratual para adequação aos novos parâmetros?

**Resposta 35:**

Vide Resposta 22.



**Questionamento 36:**

O Aviso prévio trabalhado deverá ser balizado através da lei com o percentual de 1,94% ou podemos adequar a realidade da empresa?

**Resposta 36:**

Os cálculos ficam de acordo com a experiência, estratégia e peculiaridade da empresa.

**Questionamento 37:**

Qual o quantitativo de funcionários exigido para a execução do contrato?

**Resposta 37:**

Conforme descrito no Item 3 do Anexo I - Termo de Referência.

**Questionamento 38:**

Qual o horário de execução do contrato?

**Resposta 38:**

Conforme descrito no Item 3 do Anexo I - Termo de Referência.

**Questionamento 39:**

Alíquota do ISS de Araxá/Uberlândia e Uberaba

Valor do transporte coletivo de Araxá/Uberlândia e Uberaba.

**Resposta 39:**

Vide Respostas 05 e 06.

**Jakelyne Costa Alves**  
**Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas**